

**NA PIA BATISMAL: ESTRATÉGIAS DE INTERAÇÃO, INSERÇÃO  
E EXCLUSÃO SOCIAL ENTRE OS MIGRANTES AÇORIANOS  
E A POPULAÇÃO ESTABELECIDNA NA VILA DE RIO GRANDE,  
ATRAVÉS DO ESTUDO DAS RELAÇÕES DE COMPADRIO  
E PARENTESCOS FICTÍCIOS (1738-1763)**

Martha Daisson Hameister<sup>1</sup>

**I. Introdução**

Para a elaboração desta pesquisa foram utilizados como *corpus* documental principal os registros de batismos dos filhos de açorianos migrados para a Vila do Rio Grande. No ano de 2001, duas genealogistas descendentes de açorianos fizeram a coleta, entre os livros de batismos da Vila do Rio Grande no intervalo da abertura destes registros até o momento da invasão da Vila pelos castelhanos, de todos os registros paroquiais relativos aos migrantes dos Açores (Jaccottet & Minetti, 2001). Provêm desta obra os registros aqui utilizados.

O critério adotado para a transcrição e publicação destes registros era que ao menos um dos pais do batizando tivesse nascido nas Ilhas. Dessa opção das autoras decorre ao menos um problema para a investigação que ora se procede: se, por um lado, o louvável esforço das autoras em transcrever e publicar estas fontes paroquiais as colocam ao alcance de pesquisadores distantes dos arquivos que os guardam, por outro, a pesquisa fica restrita ao arranjo deste grupo circunscrito pelo local de nascimento dos pais. Assim, para poder dizer mais sobre as relações existentes entre os açorianos e demais povoadores do Rio Grande, necessita-se, ainda, complementar o levantamento dos registros de batismo *in loco*, incluindo outras frações da população da Vila, o que ainda não pôde ser feito.

Na tentativa de suprir esta lacuna, utilizou-se também nesta investigação dados provenientes de fontes de origens diversas, tais como a documentação relativa à Expedição de Demarcação dos Limites do Tratado de Madri (RAPM 1929 e 1923), que contém *nombramentos de patentes*, provisões de cargos, cartas de sesmarias e ordens aos integrantes da expedição, além de documentação relativa à Provedoria do Rio Grande publicada nos *Anais* do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, entre outras. Com isto, foi possível, para alguns casos, complementar informações acerca dos pais e padrinhos dos batizados, alargando o universo sob estudo.

---

<sup>1</sup> Doutoranda do PPGHIS/IFCS/UFRJ, bolsista CAPES.

Também dada a forma com que foram arranjados tais registros na publicação de Jaccottet & Minetti fez com que, apesar de já estarem digitados 1.100 batismos, apenas os dois primeiros livros destes registros constam na íntegra. Isso deve-se ao fato de estarem organizados os batismos pela ordem alfabética dos pais, a partir do registro do primeiro filho. Assim, têm-se informações sobre a família de alguns destes casais que avançam até o ano de 1763, mas não se tem os livros terceiro e quarto incluídos na íntegra. Para efeito de quantificação destes batismos utilizou-se, então, apenas os livros que já estão integralmente incorporados. Com relação aos registros que constam nos livros 3 e 4, algumas inferências são possíveis mas, alerta-se aqui, são estes resultados parciais, que podem modificar-se com o acréscimo dos pouco menos de mil batismos que ainda restam.

As informações estão sendo aglutinadas em uma base de dados produzida com o *software* Access e cuja principal ferramenta de busca é o NOME, tal como esboça Carlo Ginzburg em *O Nome e o Como* (Ginzburg, 1989). Tanto o que foi obtido para os pais das crianças como para os padrinhos e párocos, quando estes são constam no registro, são colocadas em fichas nominativas que somam também informações de outra ordem, tais como ser ou não proprietário de terras, de escravos, administradores de indígenas, ser ou não casado, ter ou não patentes militares ou da ordenança, atuar ou não no comércio de animais, etc. Um campo do tipo “memorando” foi gerado para que todas as observações acerca do sujeito pudesse ser anotada.

Com o cruzamento dos dados contidos nestas fontes de naturezas diversas, iniciou-se o redesenhar desta paisagem humana da Vila do Rio Grande, cujos resultados iniciais e, portanto, sujeitos a modificações, alerta-se novamente, apresentam-se aqui.

## **II. Sobre a Vila do Rio Grande**

Fundada em 1737 por José da Silva Pais e outros militares e agentes da Coroa no serviço de Sua Majestade, o povoado do Rio Grande teve como característica principal neste seu primeiro momento, um alto contingente masculino – os Dragões e auxiliares que erigiram a fortificação de Jesus, Maria e José e demais edificações. Isso foi dado a partir da necessidade de um ponto de apoio à Colônia do Sacramento, que entre 1735 e 1737 passou por forte ofensiva dos castelhanos, foi sitiada e quase foi perdida para a Coroa de Espanha. O seu desenvolvimento se fez necessário pois, após o término deste conflito, ficou estabelecido um Campo de Bloqueio no entorno da Colônia do Sacramento, impedindo o acesso às pastagens e à preia de gados e vacuns e cavalares

que grassavam nas planícies. A existência da Vila do Rio Grande propiciou o acesso pelo norte aos rebanhos (Prado, 2002).

A quase inexistência de famílias no novo povoado fez com que José da Silva Pais tomasse algumas medidas para atrair mulheres e com isso fixar as populações no território, principalmente aos soldados mais jovens, sempre desertores em potencial. Uma delas foi trazer mulheres que ficaram conhecidas como *mozuelas*, oriundas principalmente do Rio de Janeiro, mas não exclusivamente. Também foram solicitadas *mozuelas* ao Vice-rei. Eis trecho da correspondência de Silva Pais, desde o governo do Rio de Janeiro, ao Vice-rei, na Bahia, argumentando a utilidade do envio de tais mulheres:

“Mulheres desimpedidas que lá podem casar e que aqui eram nocivas, e se V. Exa. dessa cidade manda também algumas (suponho não faltarão) serão úteis, pois servem de raízes que prendem a gente moça que ali existe (...) (Carta de José da Silva Pais ao Vice-rei *apud* Fortes 1980:113)

As cartas panegíricas de José da Silva Pais, talvez com o intuito de atrair, sem distinção ou demérito da vida pregressa dos povoadores para a nova localidade que se fundava, não poupavam elogios às benesses do ar do Rio Grande, ao menos em seu discurso sedutor. A chegada das tais *mozuelas* ao Rio Grande resultou ser não apenas salutar ao povoamento, mas às próprias mulheres recrutadas, nas palavras de Silva Pais:

“(...)podendo segurar que é o melhor clima que tem na América, pois ainda ali se não experimentou, nem houve sezões, nem febres malignas, e Mulheres que eu tinha mandado do Rio, as mais corridas, e Galicadas, sem cura melhoraram, e pariram quase todas”. (*Extrato das notícias que em uma Carta escreveu José da Silva Pais ao Prior de Chaves, Duarte Pereira Chaves* – provavelmente de 1742, In: Cesar, 1969: 128).

Em paralelo a este “exército feminino” recrutado por Silva Pais, desde a fundação do povoado foram solicitados casais para o povoamento. Na segunda metade década de 1740 iniciaram-se os movimentos de transporte dos casais de açorianos desde as Ilhas até Santa Catarina, para posteriormente passarem ao Rio Grande. Ainda que se tenha observado registros paroquiais de nativos dos Açores antes dos primeiros anos da década de 1750, não se pode afirmar que estavam vindo em grande número, mais parecendo fruto do deslocamento de famílias isoladas ou resultado de relações de soldados recrutados aos Açores ou uma ou outra *mozuela* que tendo nascido nos Açores vivera antes na Bahia, nas Minas ou no Rio de Janeiro.

A partir do ano de 1750 a curva dos registros de batismos de filhos de açorianos sofre uma forte alteração, tendo o ano de 1749 como ponto de inflexão para um crescimento contínuo:

**Quadro I – número de crianças filhas de açorianos batizadas anualmente na Vila do Rio Grande e adjacências**

Ano	Crianças batizadas	Ano	Crianças batizadas
1741	2	1749	4
1742	0	1750	7
1743	0	1751	8
1744	1	1752	41
1745	0	1753	53
1746	2	1754	113
1747	1	1755	123
1748	0	1756	161

**Fonte:** Livros 1 e 2 de batismos da Vila de Rio Grande, in: Jaccottet & Minetti, 2001

### III. Os Casais na Vila do Rio Grande

Para a fixação dos casais de açorianos nos territórios americanos de Sua Majestade, foram feitas promessas de terras e implementos agrícolas, sementes, alimentos e vestimentas, além de ajuda em dinheiro, distribuídos de acordo com o número de membros de cada família e das idades de seus componentes (*Edital de 1747* in: Fortes, 1980: 25-33). A cada açoriano que casasse e procriasse nas novas povoações também seriam dados incentivos. Ao menos estas eram as promessas que, diga-se de passagem, nem sempre foram cumpridas.

O firme propósito da Coroa em povoar os territórios com famílias e dos colonos açorianos de assim procederem transparece nos dois primeiros livros de registros de batismos da Vila do Rio Grande. O nascimento das crianças deu-se muito mais interno às famílias do que com as características da ilegitimidade e bastardia. No primeiro livro de batismos constam 95 assentos de crianças filhas de pelo menos um açoriano e no segundo são 455, ou seja, 550 ao todo.

Nos assentos do primeiro livro são encontradas apenas quatro crianças filhas naturais destes açorianos. Os pais de uma destas crianças registrada como filha natural casou-se após o nascimento, provavelmente legitimando o fruto de sua relação pré-nupcial. Outro caso que merece a atenção são as duas filhas naturais do soldado Dragão Manuel Leite com sua escrava Maria, de nação Angola ou Benguela. Uma das meninas foi alforriada à pia batismal. Da outra não se pode dizer o mesmo. Mas o que chama a

atenção neste caso é que, mesmo tendo sido registradas como filhas naturais, a relação entre Manuel Leite e Maria era um tanto estável. Manuel Leite era solteiro à época dos nascimentos. O intervalo entre a concepção da primeira menina e o nascimento da segunda foi de vinte e sete meses, o que não parece ser apenas “fraqueza da carne”. As quatro crianças naturais registradas neste livro têm a paternidade reconhecida e registram padrinhos.

Para o livro seguinte, há o aumento do número bruto de filhos naturais. Todavia a proporção entre estes e o total de nascimentos de filhos de açorianos permanece baixa. Aliás, diminuiu em relação ao primeiro livro. Das 455 crianças, 15 são filhas naturais. A diferença maior é que começam a não serem informados os pais destas crianças, são onze os casos em que não há pai alegado. Dos pais naturais que reconheceram suas crianças, dois são nativos dos Açores, um da península e um sem naturalidade alegada. Entre estes quinze filhos naturais, para apenas dois não foram registrados os padrinhos e em onze estão também registradas as madrinhas.

Comparou-se o índice de ilegitimidade encontrado, 3,45% para os 550 batismos dos dois primeiros livros, com os expostos por Sheila Faria para diferentes regiões da Colônia (Faria, 1998: 55-56). As proporções encontradas para os açorianos da Vila do Rio Grande de São Pedro são inferiores a quaisquer outras indicadas nesta obra. Buscou-se também saber se a ilegitimidade é fenômeno estranho aos Açores, através do estudo de Maria Norberta Amorim para três paróquias do Sul da Ilha do Pico. Na primeira metade do século XVIII, encontrou percentuais de 7,5% na freguesia de Rebordões; 11,0% em Cardanha e 9,3% em Poiares. Afirma também que a ilegitimidade na Ilha do Pico é a mais baixa das Ilhas dos Açores. Supõe-se, portanto, que estes valores sejam em média mais elevados para todo o Arquipélago. Logo, a ilegitimidade tem seu espaço e recorrência nestas localidades (Amorim, 1994?: 160-170).

Novamente, os valores encontrados para os açorianos no Continente do Rio Grande de São Pedro, ao menos nos dois primeiros livros de batismo desta Vila, são inferiores ao do Arquipélago. Fica por explicar essa incidência tão baixa, ainda mais que a Vila do Rio Grande era antes de mais nada uma fortificação militar e também o único porto do Continente do Rio Grande de São Pedro, o que tenderia a elevar a ilegitimidade. Necessita ser feita também a comparação da ilegitimidade entre os açorianos e os outros habitantes da Vila, para saber se o fenômeno é restrito a este grupo ou repete-se no restante da sociedade. Isso será feito tão logo se possa contar com o levantamento de todos os batismos desta localidade.

#### **IV. Ninguém é tão pobre que nada possa oferecer; ninguém é tão rico que nada precise receber**

Dos 1100 batismos computados até o momento, 202 não registram madrinhas ou o campo destinado a estas no documento está rasurado, danificado ou ilegível. Cai, portanto, para 898 o número de batizados em que as madrinhas foram nominadas. Joana Maria da Purificação e Maria Quitéria de Souza Marques certamente são dois fenômenos. A primeira desponta com 32 afilhados, ou seja, 3,56% entre os 898 batismos coletados até o momento. A segunda tem 20 afilhados ou 2,23 % do total.

Joana Maria da Purificação, a líder do “*ranking*” das madrinhas de filhos de açorianos era casada com Lucas Fernandes da Costa, nascido na Colônia do Sacramento. Este recebeu sesmaria em 1743. Na estimativa feita por Queiroz, Lucas Fernandes estava na segunda faixa de maiores proprietários de escravos da Vila do Rio Grande, sendo que na faixa superior apenas há Domingos Gomes Ribeiro (Queiroz, 1987: 97).

Lucas Fernandes da Costa, além de suas propriedades móveis e imóveis, dera outra demonstração de poderio econômico e prestígio junto à comunidade da Vila: era um dos maiores fiadores das tropas que passavam pelo Registro (Fortes, 1999: 51; Queiroz, 1987: 98; AAHS, 1977: 235 e 238). Cabe aqui lembrar que, ao tempo do povoamento desta localidade, o comércio de tropas, principalmente de eqüinos, entre o extremo-sul e o centro-sul da colônia, junto com a extração dos couros bovinos, eram as duas atividades econômicas mais importantes da região. Eram elas as principais fontes de ingressos em receitas no Continente do Rio Grande de São Pedro (Hameister, 2002a)

Já Maria Quitéria Marques de Souza era a mulher de Antônio Simões, que também possuía sesmaria, confirmada desde 1747. Antônio Simões e Maria Quitéria tiveram no mínimo cinco filhos, sendo que os dois rapazes identificados até o presente tornaram-se padres. Antônio Simões também foi encontrado na listagem dos maiores proprietários de escravos elaborada por Queiroz, situando-se na terceira faixa, a dos que possuem entre 5 e 7 escravos. Maria Quitéria Marques provavelmente nasceu na Colônia do Sacramento, (Queiroz, 1997:98; Reighantz, 1979)

O que vale aqui destacar é que as duas mulheres que mais afilhados têm entre as 1100 crianças destes registros, não guardam necessariamente grau de parentesco com os pais das crianças, não consta que fossem parteiras ou curandeiras, e nem jamais foram daquelas vizinhas prestativas que ministraram o batismo caseiro às crianças em perigo

de vida. Não eram, com toda a certeza, o que se poderia chamar de membros dos estratos mais humildes da população. Quanto a fazerem parte do píncaro da hierarquia social, não se pode afirmar, pois encontraram-se pessoas com maior poder de mando ou com mais posses na Vila do que as famílias de Antônio Simões e Lucas Fernandes da Costa. Se não eram exatamente o topo da escala, com toda a certeza, estavam em um de seus degraus mais altos.

Tais mulheres, retornando ao “*ranking*”, eram seguidas por Inês de Santo Antônio, com 16 afilhados e por Laureana Maria<sup>2</sup>, com 15 afilhados entre os 1100 que se têm levantados. Eis que aqui a questão torna-se mais complexa, pois o elemento “família” na preferência dos açorianos encontra-se destacado. Laureana Maria era solteira a este tempo, filha de Inês de Santo Antônio e de Manuel da Costa de Carvalho. A partir deste *insight* buscou-se identificar o parentesco entre os padrinhos “mais concorridos” da Vila e o resultado não é muito diferente do que se percebeu com Inês de Santo Antônio e Laureana Maria – as preferências por padrinhos abrangiam pais e filhos em uma mesma família. O número de vezes que as famílias de Lucas Fernandes da Costa, Antônio Simões e Manuel da Costa de Oliveira compareceram à pia batismal é surpreendente. Para que melhor se visualize e acompanhe esta análise, vejam-se os quadros que seguem para estas três famílias “campeãs”, deixando claro que os filhos que são indicados nestes quadros podem não ser a totalidade, mas que são apenas os que foram identificados como tais a partir das fontes que se têm levantadas até o presente:

#### Quadro V – Família de Lucas Fernandes da Costa e Joana Maria da Purificação

Nome	grau de parentesco	vezes batizaram
Lucas Fernandes da Costa	pai	8
Joana Maria da Purificação	mãe	32
Joaquim Manuel da Trindade	filho	10
Inácia Maria de Lima	nora	1
Jacinto José Xavier	filho	2
<b>TOTAL</b>		<b>53</b>

Fonte: Jaccottet & Minetti, 2001

---

<sup>2</sup> Laureana Maria é dita também Laureana Maria do Espírito Santo, Laureana Maria de São José, Laureana Maria de Santa Rosa e Laureana Maria e Jesus. Em todos estes casos têm-se a certeza de tratar-se da mesma moça, dada a recorrência de padrinhos com quem forma par ou a referência expressa a seus pais.

**Quadro VI – Família de Manuel da Costa de Carvalho e Inês de Santo Antônio**

<b>Nome</b>	<b>grau de parentesco</b>	<b>vezes batizaram</b>
Manuel da Costa de Carvalho	pai	13
Inês de Santo Antônio	mãe	16
Laureana Maria	filha	15
<b>TOTAL</b>		<b>44</b>

Fonte: Jaccottet & Minetti, 2001

**Quadro VII – Família de Antônio Simões e Maria Quitéria Marques de Souza**

<b>Nome</b>	<b>grau de parentesco</b>	<b>vezes batizaram</b>
Antônio Simões	pai	5
Maria Quitéria Marques de Souza	mãe	20
Manuel Marques de Souza	filho	13
Escolástica Marques de Souza	filha	5
Antônio José de Moura	genro	3
Feliciano Antônio Marques	filho	1
<b>TOTAL</b>		<b>47</b>

Fonte: Jaccottet & Minetti, 2001

Antes de mais nada, há que se pensar sobre quais características são comuns a estas três famílias ou ao que os equiparava ante os olhos de seus compadres açorianos. Manuel da Costa de Carvalho é o único dos três para o qual não encontrou-se nenhuma menção à propriedade de sesmaria e de escravos, o que não quer dizer que não a pudesse ter. Todavia, não fica diminuído em importância, pois exercia a função de Sargento-supra da Ordenança na Vila do Rio Grande (RAPM, ano XXIII – 1929: 570).

As famílias de Antônio Simões e Lucas Fernandes da Costa possuíam vínculos estreitos com a Colônia do Sacramento, o que pode reforçar laços com os casais que de lá migraram para a Vila do Rio Grande. Como já dito, ambos eram donos de sesmarias e proprietários de escravos. Os dois filhos de Antônio Simões eram padres, mas nem por isso abstinham-se das coisas mundanas. Manuel Marques de Souza, por exemplo, era proprietário de escravos na Colônia do Sacramento, morador no bairro do Norte (*Relação dos Moradores dos Bairros de Sacramento – 1749*, In: Monteiro, 1937: 136-139). Também o fato da família de Antônio Simões ter dois filhos padres denota que possuíam posses relevantes que lhes propiciasse a educação religiosa.

Em suma, pode-se dizer que nenhuma das três famílias aqui listadas fazia parte do contingente de “pobres” da Vila do Rio Grande. Nem em bens materiais nem no reconhecimento de suas posições mais destacadas, visto pelo número de açorianos que os requisitavam para os batismos de seus filhos.

Considerando que o que se estabelece em uma relação de compadrio é um tipo de troca e, nesse caso, mui notadamente, entre desiguais, há que se pensar que benefícios teriam na troca cada uma das partes. Também há que se pensar que se está diante de uma sociedade de Antigo Regime, onde a reciprocidade é um de seus aspectos estruturais, regendo-se esta pela economia do dom (Xavier & Hespanha, 1998: 340), ou seja, na prestação de dádivas recíprocas.

Para os menos abastadas, o compadrio entre desiguais propiciava inserirem-se em famílias mais prestigiosas, obtendo proteção, auxílio e favores. Tal é o caso das meninas Antônia e Violante, filhas de Gregório e Josefa Maria, ambos naturais da Ilha do Faial (Jaccottet&Minetti, 2001: 62-63). Antônia foi batizada por faialenses, e pouco se sabe além disso. Todavia, sua irmã Violante era afilhada da esposa e do filho de Domingos Gomes Ribeiro, o sesmeiro maior proprietário de escravos da Vila. Violante obteve um excelente matrimônio com filho de um dos primeiros povoadores de Viamão. Percebeu-se que penetrar ao círculo de relações mais elevado do que aquele em que se vivia, abria uma boa possibilidade de futuro para afilhados de pessoas influentes, uma ou outra benesse propiciada pelo compadre em situação superior nesta relação, fazer parte, através desse “parentesco espiritual” de uma família mais ampla, com obrigações recíprocas de auxílio mútuo e proteção. Procure-se, pois, verificar qual o ganho que os mais abastados e influentes teriam nesta troca, o que lhes competiria nessa relação interpessoal de reciprocidade.

Como visto, não se encontrou, até o momento, para Manuel da Costa de Carvalho, quaisquer bens que atestassem sua abastança. Ainda assim, contando que são apenas três membros em sua família nuclear, ou seja, aquela composta pelo casal e seus filhos, estes batizaram quase o mesmo número de crianças que a família de Antônio Simões e Maria Quitéria, os quais compareceram à pia batismal por 47 vezes. Todavia, Manuel da Costa de Carvalho possui uma patente de Sargento-supra da Vila do Rio Grande, patente esta com a devida confirmação real.

De alguma maneira, Manuel da Costa de Carvalho, era visto de uma maneira diferenciada dos seus coevos, possuía uma distinção – a sua patente de Sargento-supra – que o colocava, a despeito de possuir bens ou não, acima da maioria dos campônios e outros homens livres. El Rei, assim como a comunidade que se estabelecia nas terras sulinas, reconheceram *qualidades* (Fragoso, 2001b: 251) que os demais não possuíam. Possuía, antes de mais nada, ascendência sobre outras pessoas. Ser Sargento-supra significa ter poder de mando sobre as milícias civis.

Muito desta ascendência parece reiterar-se na pia batismal. Também percebe-se um tanto desta ascendência nos dois outros chefes de família: as terras que possuíam, tanto quanto uma patente régia, foram mercês dadas em reconhecimento ao seu valor como bons súditos que eram.

No caso de Lucas Fernandes da Costa, o seu cabedal e sua a sua posição reconhecida na sociedade, lhe conferiam o poder de dar crédito e credibilidade (afinal, é isso o que um fiador faz) aos condutores de tropas, frisando-se aqui que esta produção e comércio de animais era uma das mais importantes fontes de trabalho e receitas no Continente do Rio Grande de São Pedro. Os serviços prestados à Coroa no povoamento, conquista e defesa dos territórios, eram convertidos em bens. Estes bens eram convertidos em elementos que os distinguiam da maioria da população, à qual prestavam serviços em mantê-las assistidas e protegidas. Tais serviços eram reconhecidos tanto pelos demais habitantes do lugar como pela Coroa, que acabava por conceder-lhes novos privilégios.

Entra-se, assim, num circuito de trocas, num mundo em que as dádivas e contra-dádivas exercem papel fundamental e perpassam a sociedade em toda a sua estratificação hierárquica, desse seus mais inferiores estratos até o cume, ou seja, o próprio rei. Este, ao receber prestações de serviços, retribui com suas graças e mercês. Como o colocado por Hespanha,

“o dom fazia parte, na sociedade de Antigo Regime, de um universo normativo preciso e minucioso que lhe retirava toda a espontaneidade e o transformava em unidade de uma cadeia infinita de atos beneficiais, que constituíam as principais fontes da estrutura das relações políticas”. (Xavier & Hespanha, 1998: 341).

Afirma, mais adiante:

“As relações assimétricas de amizade (relações de poder) teriam tendência para derivar em relações do tipo clientelar que, apesar de serem informais, apareciam, pela obrigatoriedade da reciprocidade acrescentada (impossível de elidir), como o meio mais eficaz para concretizar não só intenções políticas individuais como para estruturar alianças políticas socialmente mais alargadas e com objetivos mais duráveis (...).”(Xavier & Hespanha, 1998: 341)

Em suma, o que se afirma aqui da formação de uma clientela, de um séquito, dum conjunto de apoiadores, envoltos em relações que eram familiares – como é o compadrio, um parentesco espiritual (Goody, 1986: 267-278) e políticas – pois reiteram antigos ou colocam novos homens nas posições superiores dessa sociedade

hierarquizada – eram fundamentais para estes homens que buscavam distinguir-se da maioria e, assim, obter ou manter bens, privilégios, poder sobre os demais para regular a vida desta mesma sociedade.

Essa era a contrapartida recebida por uma família situada em posições mais elevadas ao aceitar o convite para um batismo e ao aumentar o número de pessoas e famílias sob sua proteção – afinal, o compadrio tornava-os parentes. A ampliação destas famílias ultrapassava, portanto, os limites dos parentescos consangüíneos e por afinidade, indo ao âmbito da vida religiosa.

Essas relações estabelecidas no ato do batismo não eram, com toda a certeza, restritas ao território do Continente do Rio Grande de São Pedro. Foram detectadas, por João Fragoso, oscilações significativas na preferência da escolha de membros de famílias de senhores de engenho do Rio de Janeiro seiscentista em decorrência de uma contenda entre frações da elite a este período. O setor derrotado perdeu espaço como padrinhos favoritos em detrimento do setor vitorioso. O reconhecimento da posição social dos membros da elite era demonstrada através desta escolha, ao mesmo tempo que esta escolha fazia com que a sua base social de apoio se ampliasse, demonstrando ante seus pares a influência que exerciam sobre os setores subalternos da sociedade (Fragoso, 2001b: 252).

Entra-se, novamente, no circuito de trocas: convida-se para padrinho de um filho alguém que possa dar-lhe a devida proteção e auxílio; dá-se auxílio e proteção a um afilhado e aos compadres, pois a existência destes demonstra a capacidade de manter uma parcela da população sob cuidado e influência. Eis o que a porção superior desta relação de troca entre desiguais têm a ganhar nestes parentescos forjados à pia batismal.

A relação de reciprocidade, nestes casos, deixa claro que mesmo estes setores subalternos têm alguma coisa a oferecer ao setor mais abastado e poderoso de uma sociedade. Nem os “pobres” são tão pobres que não tenham algo a oferecer nestas trocas de bens não materiais nem os “ricos” são tão ricos que, por si, se mantenham no topo o tempo inteiro. Nunca se pode esquecer que “relações” de compadrio dão-se entre duas partes e que não existiriam como tais se não trouxesse algum benefício a ambas.

Neste momento são percebidas, nas relações que se tecem ou que se reforçam na pia batismal, claras tentativas de inserção social – o parentesco espiritual remete sujeitos para dentro de uma família mais ampla que a família nuclear, família esta que aglutina a parentela consangüínea, afim, agregados, afilhados, compadres, comadres, padrinhos e madrinhas.

Também pode ser dito que existe uma preocupação com o futuro e a segurança das crianças, o que nem sempre podia ser obtido com padrinhos poderosos, todavia distantes do mundo em que viviam as crianças e suas famílias. Por mais que o parentesco espiritual pudesse ser considerado e respeitado, ele não tem a força do parentesco consangüíneo. Assim, muitas vezes, assiste-se uma criança ser batizada por um padrinho pertencente ao grupo de origem e uma madrinha pertencente a uma família de *status* mais elevado ou seu inverso, sendo mais recorrente a primeira alternativa. Isso fica demonstrado nos três quadros das famílias acima, nos quais os compadrios estabelecidos pela porção feminina da família superam numericamente as vezes em que os homens da família tornaram-se padrinhos.

É lógico pensar que, havendo situações que privem os pais de prestarem a assistência aos seus filhos, seriam seus parentes mais próximos – pais ou irmãos – que passariam a criar, alimentar, educar e proteger as crianças, ainda que não dispusessem de grandes fortunas. O braço forte, protetor e provedor, em caso de falta dos pais, seria substituído por um homem da própria família, ficando para as madrinhas os aspectos mais “sutis” da vida social desta criança.

Segundo Hespanha, as famílias no Antigo Regime eram percebidas como um todo orgânico, firmando-se “especial laço com o qual a Natureza ligara seus elementos por normas inderrogáveis. Esse elemento era o ‘amor’” (Hespanha, 1998: 245). Esse amor, que em muito se diferencia do amor “sentimento romantizado”, era antes de mais nada uma espécie de compromisso que unia seus membros em uma cadeia de direitos e deveres recíprocos. Acredita-se que sob a égide deste amor familiar é que convidavam-se parentes próximos para o compadrio.

Assim, também com frequência encontram-se tios das crianças como seus padrinhos. Por vezes um padrinho pertence a linha materna da família e o outro a linha paterna, o que reitera a aliança entre as duas famílias consumada ao casamento. Como as informações da filiação dos padrinhos nem sempre consta no registro de batismo, esses dados foram obtidos, geralmente, quando também os padrinhos têm filhos batizados.

Detectou-se a recorrência mais freqüente dos seguintes padrões para o compadrio:

**a) padrinho da família e madrinha externa a ela**, como no exemplo da menina Joana, filha de Jorge Vieira e Maria Josefa de Jesus, naturais da Ilha de São Jorge, que tem por padrinhos o seu tio paterno, Antão Pereira Machado e como

madrinha a já citada Joana Maria da Purificação. Essa configuração não é exclusiva dos irmãos dos pais das crianças, podendo ser um avô ao invés de um tio;

**b) padrinhos pertencentes às linhas materna e paterna**, como no caso da menina Mariana, filha de Manuel Dias Mancebo e Catarina Perpétua, naturais da Ilha Terceira, no qual o padrinho Antônio Dias é irmão do pai e a madrinha, Rosa Perpétua, é irmã da mãe da criança;

**c) ambos os padrinhos pertencem à mesma linha de parentesco**, como no caso da menina Maria, filha de Mateus Teixeira e Maria Santa, naturais da Ilha de São Jorge, no qual ambos são tios maternos. Não encontrou-se criança que tivesse ambos os padrinhos pertencentes à linha paterna;

**d) madrinha da família e padrinho externo a ela**, como no caso da menina Maria, filha de João Gonçalves Cardoso e Domingas da Conceição, ele natural da Laguna e ela natural da Ilha do Faial, sendo a madrinha, Cipriana Gonçalves, tia paterna da menina e o padrinho, Miguel Lopes de Toledo, capataz das carretas e boiadas d'El Rei, externo à família;

**e) ambos os padrinhos são externos à família**, como no caso do menino João, filho de Manuel Cardoso do Nascimento, natural da Ilha do Pico e Maria Rosa, natural da Ilha de São Jorge, cujos padrinhos são Domingos de Lima Veiga, Capitão da Ordenança e sua mulher, Gertrudes Pais de Araújo.

Nessas múltiplas composições, estão implícitas as opções dos casais de pais, privilegiando relacionamentos internos à família ou abrindo suas relações a outros grupos e estratos dentro desta sociedade. Pensa-se aqui que estas são estratégias de inserção social e interação com outros setores da sociedade que se formava. Pensa-se também que os compadrios continham em si elementos para a exclusão de certos grupos dos seus relacionamentos mais estreitos, ou de conceder-lhes o prestígio advindo das relações estabelecidas no batismo.

Verificou-se que em todos os compadrios estabelecidos pelos açorianos eram buscados padrinhos de condição semelhante ou superior à sua. Jamais verificou-se padrinhos de condição social inferior a dos pais das crianças, não há nenhum padrinho ou madrinha escravos ou forros, tampouco índios ou pardos.

Caso exemplar é o das filhas do soldado Dragão Manuel Leite com sua escrava Maria, de nação angola ou benguela. Ainda que a mãe fosse escrava, os padrinhos escolhidos não são escravos ou sequer forros. O padrinho de ambas as meninas é o Cabo de Esquadra de Dragões, José Coelho, nascido em Lisboa e a madrinha de uma das

meninas ostenta o título de Dona. O “pecado original” da sociedade colonial, qual seja, a exclusão da maior parte da população dos círculos de maior abastança, também se fazia sentir nas relações de compadrio. Aos que viviam em piores condições não eram chamados para a proximidade da família. Também esta porta, que podia representar uma via de ascensão social, lhes era fechada.

### **III. Os nomes e as pessoas**

A cerimônia do batismo consiste, antes de mais nada, em fornecer um nome à criança que se batiza, nome pelo qual será conhecida e reconhecida ante a comunidade cristã e aos olhos de Deus. Os Santos Óleos com os quais a criança foi ungida, marcarão a sua alma: esta será a marca que levam as ovelhas do Senhor e, pelo nome que lhe foi dado – segundo o ritual cristão, prerrogativa do padrinho que renunciou ao demônio em nome da criança – será toda a cristandade chamada à presença de Deus no dia de Juízo. Para além do ritual prescrito nos cânones da Igreja, percebe-se que o batismo e o ato de fornecer um nome às crianças gerava alianças e um parentesco para além do sangue, para além da afinidade. Firmavam-se parentescos ante o Senhor. Desde suas origens, este parentesco, reconhecido em quanto como tal pelos membros cristãos de uma comunidade, gerava interditos ao casamento entre padrinhos e afilhados e mesmo entre compadres, tão rigorosos quanto aqueles que impediam os casamentos incestuosos (Goody, 1986: 267-278).

Do ato de eleger um nome à criança que se batiza há muitas decorrências. Uma delas é a existência de homônimos – um complicador àquele que pretende um estudo que tem por fio guia os nomes próprios dos agentes históricos em um dado período e uma dada localidade. Vários são os casos em que duas pessoas, geralmente parentes – mas nem sempre – detêm o mesmo nome e coexistem no tempo e no espaço. Isso faz com que a atenção seja redobrada, para que não se incorram em erros graves, ainda que comuns, de confundir pai e filho, tio e sobrinho, avô e neto ou dois estranhos à uma mesma família como sendo o mesmo. Essa preocupação em diferenciar os homônimos já expressa por Faria (1998); Hameister (2001) e Scott (2001), são “uma pedra no sapato” do pesquisador. Todavia pretende-se tratar os homônimos como escolha e/ou transmissão do nome às crianças, não como “inconveniências” que atrapalham a pesquisa, mas como um problema que o estudo coloca e que como tal deve ser pensado.

Em um outro escrito colocou-se em discussão a existência dos nomes próprios como um bem, um patrimônio familiar, construído pelos membros destas famílias. Tal

bem deveria ser usado, ampliado, engrandecido com as ações de seu detentor (Hameister, 2002b) e, havendo condições para que se realizasse, um nome já consolidado em meio à sociedade deveria ser também repassado, como uma estratégia de reiteração do *status* e como uma espécie de lembrança aos feitos de membros de uma família. A transmissão do nome, bem como a adoção de novos nomes e o abandono de nomes usados anteriormente, ao que tudo indica, era uma das estratégias para a vida e para a sobrevivência de uma família. Por já haver-se trabalhado esta questão, o nome como um bem familiar, não se entrará em profundidade nesta questão, apenas aludindo ao tema para que se possa discorrer com mais desenvoltura sobre a questão do repasse dos nomes de jovens ou adultos aos seus filhos, netos ou afilhados.

Neste referido estudo, discutiu-se que uma das formas de gerar uma identidade, uma relação de pertencimento, seja a um grupo, a um lugar de origem ou a uma família, passava pela escolha do nome das crianças. O processo se dava em duas fases. A primeira na pia batismal, quando a criança recebia o prenome – e apenas este, já que não localizou-se até o momento, nos registros de batismos consultados até o presente, nenhuma criança com dois prenomes ou sobrenome. Somente num segundo momento, no avançar da vida desta criança, é que seria agregado um sobrenome, não necessariamente o dos pais, podendo ser também o dos avós, de algum parente mais distante. Podia também ser trocado o nome ou o sobrenome em alguma altura da vida. Às meninas, normalmente, eram agregados nomes de santos ou de adventos religiosos, como “de São João” ou “da Anunciação” (Hameister, 2002b). A já citada menina Violante, que ao longo da vida passou a denominar-se Violante Maria de Jesus é exemplo disso.

Passar o nome ao filho e permitir que pai e filho fossem designados pelo mesmo nome, sem acréscimo de partículas diferenciadoras, era uma prática recorrente e disseminada por vários locais de domínio português, claramente perceptível nos habitantes. No estudo anterior, afirmou-se um desejo indisfarçável de que pais e filhos que compartilhavam o uso de um mesmo nome fossem confundidos e mesmo tivessem suas existências fundidas através da continuidade do nome, uma “marca registrada” dentro de uma família e de uma sociedade. Repassavam, assim, os atributos angariados ao longo destas existências, como patrimônio construído e associado aos nomes que, junto com estes atributos, também se construíram (Hameister, 2002b).

Para o caso das crianças filhas de açorianos batizadas na Vila do Rio Grande e adjacências, algo chamou a atenção: quando foi possível identificar a proveniência do

nome, verificou-se que a maioria destes tinham origem no nome de um dos padrinhos, muito mais que dos pais ou avós. Por fazerem uso de um “estoque” reduzido de prenomes, muitas vezes os nomes de pais, padrinhos e avós coincidem. Assim, há uma sobreposição de origens de nomes, como por exemplo, um hipotético menino batizado como Antônio, filho de um Antônio, neto de um Antônio e afilhado de uma Josefa Antônia. Também notou-se que o prenome podia ser flexionado de acordo com o sexo da criança. Não é raro uma Antônia afilhada de Antônio ou um José filho ou afilhado de uma Josefa, Francisco, de Francisca, e assim por diante.

Dessa forma, construiu-se o quadro que segue, com os dados extraídos deste universo de 1100 registros de batismo já tabulados:

**Quadro VIII – Nomes repassados às crianças filhas de açorianos nascidos na Vila do Rio Grande**

<b>origem do nome</b>	
pais	189
padrinhos	352
avós	166
não identificados	555
<b>total</b>	<b>1262</b>

**Fonte:** Jaccottet & Minetti, 2001

Assim, há a sobreposição de origens do nome em 162 casos. Refazendo este quadro, apresentando as possíveis combinações, e isolando os casos em que não percebeu-se a sobreposição, tem-se o que segue:

**Quadro IX – Nomes repassados às crianças filhas de açorianos nascidos na Vila do Rio Grande, contemplando as sobreposições de origens**

<b>origem do nome</b>		<b>%</b>
somente pais	102	9,27
somente padrinhos	241	21,91
somente avós	64	5,82
pais + padrinhos	36	3,27
pais + avós	27	2,45
padrinhos + avós	51	4,64
pais + padrinhos + avós	24	2,19
não identificados	555	50,45
<b>total</b>	<b>1100</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Jaccottet & Minetti, 2001

Reaglutinando estas combinações tem-se:

**Quadro X – Pais como origem do nome e suas sobreposições com padrinhos e avós**

origem do nome		%
somente pais	102	9,27
pais + padrinhos	36	3,27
pais + avós	27	2,45
pais + padrinhos + avós	24	2,19
<b>total</b>	<b>189</b>	<b>17,18</b>

Fonte: Jaccottet & Minetti, 2001

**Quadro XI – Avós como origem do nome e suas sobreposições com pais e padrinhos**

origem do nome		%
somente avós	64	5,82
avós + pais	27	2,45
avós + padrinhos	51	4,64
avós + pais + padrinhos	24	2,19
<b>total</b>	<b>166</b>	<b>15,10</b>

Fonte: Jaccottet & Minetti, 2001

**Quadro XII – Padrinho como origem do nome e suas sobreposições com pais e avós**

origem do nome		%
somente padrinhos	241	21,91
padrinhos + pais	36	3,27
padrinhos + avós	51	4,64
padrinhos + pais + avós	24	2,19
<b>total</b>	<b>352</b>	<b>32,01</b>

Fonte: Jaccottet & Minetti, 2001

Em que pese a sobreposição de origens dos sobrenomes, quase um terço do total das crianças açorianas tiveram a origem dos seus nomes no nome de seus padrinhos, o que coloca o desejo de seus pais e padrinhos em criar um elo entre os batizados e quem os batizou. Muitas vezes o nome escolhido para criança não deixa dúvidas quanto a sua origem. Citam-se aqui os exemplos de Custódio, filho de Simão Pereira da Silva e Mariana do Rosário ou Juliana do Rosário, sem avós alegados e afilhado de Domingos Pinto Ribeiro e Custódia Maria de Albuquerque (Jaccottet & Minetti, 2001: 96)

Ficam, ainda, alguns casos em que há suspeita de homenagem ou destes elos entre afilhados e padrinhos, como nos casos de José, filho de Miguel da Silveira e Maria de Medeiros, naturais da Ilha do Faial, neto paterno de Francisco Silveira e Águeda Luís, neto materno de Manuel Ferreira e Ana de Medeiros, afilhado de Antônio de Souza dos Reis Cardoso e Vitória Maria de São José (Jaccottet & Minetti, 2001: 92-93).

Ainda que o motivo para a escolha deste nome possa ser qualquer outra, uma vez constatada a recorrência de casos em que o nome se origina no nome do padrinho, não há como deixar a desconfiança deste elo através do santo invocado no nome da madrinha. Todavia, a comprovação destes casos é muito difícil.

Na base de dados um novo campo foi gerado para a origem do nome, denominado “outros”, e neste estão sendo anotadas tais “desconfianças” e algumas outras observações, como o fato da criança receber o nome do santo do dia do nascimento ou do batismo – que em última análise significa o nascimento para a vida cristã. Caso exemplar é o único menino de prenome Silvestre que consta nestes 1100 batismos: nasceu no dia 31/12/1759, no dia de São Silvestre (Sgarbossa & Giovannini, 1996). Todavia, há pouco iniciou-se esta busca, não se tendo, portanto, elementos para afirmativas mais peremptórias. Estas ficam guardadas para mais adiante, com o avançar da pesquisa que ora se desenvolve.

Poder-se-ia excluir os batismos com origem dos nomes não identificados, e proceder nova contagem, mas o principal não mudaria: a predominância dos prenomes dos padinhos sendo repassados aos seus afilhados. Muito mais interessante é tentar entender os elos do momento presente que se forjavam na pia do batismo entre os pais e os padrinho e aqueles que eram lançados ao futuro: entre o afilhado e o padrinho.

Se considerarmos o tipo de “fusão” das pessoas de pai e filho homônimos como a forma mais perfeita de gerar esta identidade, já que pai e filho coexistem dentro de uma mesma família, passam, salvo acidentes do destino, boa parte de suas existências adultas em um mesmo ambiente. Parte de sua ascendência é comum a ambos e que, mesmo fazendo parte de uma sociedade tributária da escrita, boa parte das pessoas eram analfabetas ou impossibilitadas de grafar as genealogias. As histórias de vida acabavam ficando reféns da memória dos membros mais antigos da comunidade e eram repassadas ao ouvidos dos mais jovens, contribuindo para a (con)fusão.

Havendo o repasse do prenome de padrinho a afilhado, este serve a um propósito distinto do que verificou-se com homônimos dados entre pais e filhos. Em primeiro lugar, porque dificilmente seriam homônimos: ainda que não se saibam quais seriam as regras – caso existissem regras – para a transmissão de sobrenomes no século XVIII, acredita-se que a utilização do nome inteiro do padrinho – prenome e sobrenome – só se daria se este pertencesse à família da criança, sendo tio ou avô (tia ou avó). Sendo externo a esta família, ficando o parentesco estabelecido somente pela via religiosa, o

mais provável é que fosse repassado apenas prenome, conforme verificou-se na quantificação que este 1100 batismos permitiram.

Segundo Goody (1986: 273-275), a escolha do nome da criança era atribuição dos padrinhos, dispensando, inclusive, a presença dos pais a este ato religioso. Impossível saber se esta escolha, no caso dos açorianos migrados, passava ou não pelos pais das crianças. Somente é possível afirmar que não era a todos os rebentos que o nome do padrinho ou madrinha era repassado. Antes, nota-se uma certa “economia” nesta transmissão. De Joana Maria da Purificação, por exemplo, apesar dos 32 afilhados, apenas duas meninas receberam seu nome ao serem batizadas e não registrou-se nenhum menino João. Seis de suas afilhadas possuem o seu segundo nome, Maria, sendo que somente uma destas meninas não tem avó ou mãe com o prenome Maria; Dona Maria Quitéria não é madrinha de nenhuma menina Quitéria nem de nenhuma Maria; Inês de Santo Antônio tem apenas uma afilhada de nome Inês, ficando a jovem Laureana Maria como a que mais repassou seu nome às afilhadas, já que batizou três meninas com o nome de Laureana, não constando nenhuma Maria entre suas afilhadas (Jaccottet & Minetti, 2001).

Se as “campeãs” do *ranking* das madrinhas usualmente não repassavam seus nomes aos afilhados, queda perguntar porque não o faziam e quem o fazia.

Pensando novamente no que têm em comum estas quatro mulheres, tirando o número significativo de afilhados e nas diferenças que se notam entre elas, talvez encontrem-se alguns elementos que contribuam para a elaboração da primeira resposta. Todas provém de famílias de destaque na Vila do Rio Grande. De todas as quatro mulheres, Laureana é quem menos afilhados possui. Mas é entre estas crianças que se nota um maior número de meninas que receberam o nome de sua madrinha. Há a responsabilidade do compromisso firmado ante o pároco e a comunidade cristã da Vila para com a criança e sua família: zelar pela sua vida religiosa e ampará-la em casos de necessidade. Mas também há o legado do nome e dos atributos agregados a este.

Talvez o diferencial da idade e de não ter-se ainda forjado um patrimônio simbólico associado ao nome, tenha sido o que fez com que Laureana repassasse seu nome mais do que as outras mulheres.

Ao tempo em que Laureana batizou estas crianças era moça solteira, vivia sob a guarda de seus pais. Não se sabe com que idade Laureana iniciou sua “carreira” de madrinha, e mais difícil fica de precisar isto quando se constata que em alguns casos nos quais a madrinha ou o padrinho indicados como “filho(a) solteiro(a)” ainda eram

crianças. Por exemplo, a menina Luísa, filha de Francisco Pereira Melo, natural da Ilha do Pico, e de Rosa Francisca Vieira, de naturalidade ignorada, recebeu o nome da madrinha, Luísa de Souza do Rosário, filha solteira de João de Souza Leal e Maria do Ó Menezes. Isso tudo aconteceu quando a Luísa madrinha tinha entre nove e dez anos de idade (Jaccottet & Minetti, 2001: 38 e 60). A pouca idade não era prerrogativa das madrinhas, sendo que encontrou-se José Teixeira de Bragança, filho solteiro de Antônio Teixeira de Bragança, batizando o menino José, filho de Francisco Machado Nunes e Maria Machado, naturais da Ilha de São Jorge. O José padrinho fora batizado em julho de 1752 e o José afilhado nasceu e foi batizado em agosto de 1758 (Jaccottet & Minetti, 2001: 36 e 59).

A exemplo de Laureana Maria, estes padrinhos são solteiros, jovens, a despeito de terem nome e sobrenome. É bem possível que seus pais e os outros habitantes da Vila do Rio Grande não os vissem como crianças. Ambos provavelmente já haviam comungado, deixando de integrar a faixa etária caracterizada como “inocente”. Não sendo inocentes, podiam ingressar na vida plena da comunidade, gozando de nome, sobrenome e da possibilidade de virem a batizar alguém. Não encontrou-se, todavia, recorrência destes dois jovens – digamos assim – como padrinhos de outras crianças. Ao menos não com estes nomes. Como já dito, ao prenome dado ao ser batizado, agregava-se ao longo da vida o sobrenome ou outros nomes, sendo que tais jovens provavelmente ainda não tinham iniciado em suas trajetórias feitos que lhes consolidasse o nome.

É bem possível que os complementos de seus prenomes tenham modificado-se ao longo do tempo, por gosto ou por parecer-lhes – a eles e às suas famílias – mais adequados. Já para a jovem Laureana, cuja carreira no altar da igreja da Vila como madrinha de crianças filhas de açorianos iniciou-se em outubro de 1753 indo, no mínimo, até 1760, os livros de registro de batismo são testemunho da incerteza ou indecisão – quem sabe? – acerca do nome que usaria ao restante de sua vida. Os nomes agregados ao Laureana variam de registro para registro, tendo sido encontrados mais de cinco designações para esta única moça. Ao que tudo indica, os nomes não se consolidavam antes de uma trajetória de vida junto à comunidade de primeiros povoadores ter também se consolidado.

Mais em comum, sob este aspecto, tem Laureana com estes outros dois jovens do que com as outras madrinhas preferenciais: seu nome, ainda não consolidado, foi repassado a alguns de seus afilhados, sendo que as três Laureanas afilhadas assim foram registradas nos anos de 1754 e 1755 e 1758, ou seja, não apenas quando ainda era

solteira como também concentram-se no primeiro ano e meio de sua “carreira” de madrinha.

Assim como construirão seus nomes ou adotarão um nome de família, estes jovens estão construindo uma rede de afinidades na pia batismal. Estas, reforçando qualquer elo que por ventura surjam, repassaram seus nomes aos seus afilhados. Pensa-se aqui, no caso das moças Laureana e Luísa, quando de seus casamentos, além de um possível dote propiciado pelos seus pais, levavam como parte do patrimônio – patrimônio este fundamental, mas não material –, um séquito de afilhados e um número significativo de compadres, por onde as alianças e as relações do parentesco espiritual e, por conseqüência, uma família bastante ampliada, passam. As moças madrinhas de muitas crianças possuíam uma qualidade desejada: ascendência e relações estreitas com um amplo setor da sociedade. Este patrimônio podia dar-lhes a preferência nos casamentos arranjados, justamente por arrastarem ao matrimônio este grupo de relações. Em outras palavras, seus afilhados e compadres eram aliados para as pretensões futuras das famílias que se formavam. Se estas moças eram preferidas ao compadrio por pertencerem a famílias importantes e distintas da povoação, elas já iniciariam suas vidas de casadas como detentoras de amplas relações, distinguindo-as ou demonstrando sua ascendência sobre vastos setores da população.

As relações de compadrio, através dos padrinhos mais jovens, abriam a possibilidade de uma aproximação maior dos setores menos abastados da população com famílias mais privilegiadas, ao mesmo tempo que reiteravam, por no mínimo uma geração a frente, a proeminência destas famílias mais destacadas. Ao repassar o nome a estas crianças, não estavam, ainda, sendo repassados os atributos de quem o usava, já que a tenra idade ainda não permitira que estes se agregassem ao nome. Todavia, os laços estreitavam-se. Aproximavam-se através dos mais jovens e através deles mantinha-se a reconhecida ascendência sobre eles próprios, por meio do grande número de afilhados que forneciam a estas famílias. Parece que ao fazerem esta primeira oferta, o convite ao compadrio com aumento do círculo de relações ou de uma clientela, faziam também uma demonstração pública da ascendência dos padrinhos. Ficavam em crédito com os seus compadres por propiciarem a eles um grupo de influência e uma família extensa. Podiam esperar, no jogo das dádivas e reciprocidade, atenção para consigo e sua prole, em especial, aos afilhados.

Os jovens forjavam, ao menos com as famílias de seus primeiros afilhados, vínculos mais estreitos, o elo que os unia era o próprio nome. Partilhavam, portanto, de

um bem familiar com seus afilhados, que nada mais são que “filhos espirituais”.

O uso dos nomes e a sua cessão a outrem, pensa-se aqui, não ocorriam ao léu, mas como uma forma de formalizar elos e alianças, assim como eleger padrinhos e madrinhas ou aceitar um convite desse tipo. O ato do batismo e o repassar dos nomes agiam como mantenedores da ordem social já estabelecida, da qual a hierarquia e ascendência de famílias importantes sobre os demais setores da sociedade era uma parte bastante significativa.

Os nomes e as pessoas, entendendo-se aqui tanto um quanto outro como parte dos bens familiares, consolidavam-se ao longo do tempo, atuando na mobilidade social ou jogando forças na manutenção das posições. A escolha dos padrinhos e dos nomes das pessoas, portanto, está longe de ser um ato casual. Fazia parte das estratégias de vida e de sobrevivência nesta localidade.

#### **IV. Considerações Finais**

A título de considerações finais deste resultado parcial das pesquisas desenvolvidas, pretende-se destacar que os registros de batismo, tão utilizados em estudos demográficos, na história serial ou em abordagens quantitativas, apresentam também grande utilidade na detecção das redes de relacionamento, parentesco e poder. Junto com elas, trazem à tona estratégias tecidas pelos habitantes das freguesias. Justamente por estes registros serem feitos para a sociedade como um todo, poderão ser percebidas para os diversos setores da sociedade, não apenas para seus estratos superiores, mas também para os “pobres” e escravos.

Para tanto, faz-se necessário que as informações neles contidas sejam cruzadas com toda a sorte de dados que se possa obter sobre os sujeitos históricos que são investigados. Cercando-se estes circuitos de privilégios, poder, as redes clientelares e de favores tomam corpo e deixam antever aspectos inusitados da organização da vida social, cultural, política e econômica, que são, em última instância, objetos de estudo do historiador.

## FONTES PRIMÁRIAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### FONTES PRIMÁRIAS MANUSCRITAS

- ARQUIVO HISTÓRICO DA CÚRIA METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE. *Rol dos Confessados de Viamão – 1751, 1776 e 1778.*
- ARQUIVO HISTÓRICO DA CÚRIA METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE. *Treslado do Rol dos Confessados da Freguesia de Bom Jesus do Triunfo – 1758.*
- ARQUIVO HISTÓRICO DA CÚRIA METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE. *Livro 1 de Viamão de assentos de Batismos de pessoas livres e escravos. 1747-1759*
- ARQUIVO HISTÓRICO DA CÚRIA METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE. *Autos Matrimoniais da Freguesia de Viamão – 1753-1763.*
- ARQUIVO HISTÓRICO DA CÚRIA METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE. *1º Livro de Óbitos da Freguesia de Viamão 1748-1777.*
- ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL – *Relação dos Moradores de Triunfo – 1784, cód. F 1198-A*

### FONTES PRIMÁRIAS PUBLICADAS

- ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. *Anais* v. 1. Porto Alegre: IEL/AHRS, 1977.
- ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Demarcação do Sul do Brasil. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. v. XXIII (1), Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1929.
- ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Demarcação do Sul do Brasil. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. v. XXIV (1), Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1933.
- BIBLIOTECA RIOGRANDENSE. *Documentos sobre a Colônia do Sacramento, códice 467 do Fundo Geral Seção de Reservados, da Biblioteca Nacional de Lisboa – separata nº 99 da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.* Rio Grande: Biblioteca Riograndense; Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul/Imprensa Oficial: 1946
- BIBLIOTECA RIOGRANDENSE. *Cartas do Brigadeiro José da Silva Pais para Martinho Mendonça de P. e Pina Governador de Minas Gerais (1735-1738) – separata nº 100 da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.* Rio Grande: Biblioteca Riograndense; Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul/Imprensa Oficial, 1945. [Cópia feita em 1939 por Artur da Mota Alves.]
- CESAR, Guilhermino. *Os Primeiros Cronistas do Rio Grande do Sul - 1605-1891.* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1969.
- INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. *Coleção de documentos sobre o Brigadeiro José da Silva Pais – separatas nºs 109-112 da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul/Imprensa Oficial: 1949.
- JACOTTET, Alda Maria de Moraes & MINETTI, Raquel Domínguez de. *Diáspora Açoriana: açorianos na Vila do Rio Grande de São Pedro antes da invasão espanhola - Livros 1,2,3 e 4 de Batismos (1738-1763) 1 de Casamentos (1756-1763) e 1 de Óbitos (1738-1763).* Pelotas: edição das autoras, 2001.
- SILVA PAIS, José da. *Extrato das notícias que em uma Carta escreveu José da Silva Pais ao Prior de Chaves, Duarte Pereira Chaves.* In: CESAR, Guilhermino. *Os Primeiros Cronistas do Rio Grande do Sul - 1605-1891.* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1969

### LIVROS, ARTIGOS, TESES, DISSERTAÇÕES E PUBLICAÇÕES DIGITAIS CONSULTADAS

- AMORIM, Maria Norberta. *Evolução Demográfica de Três Paróquias do Sul do Pico 1680-1980.* Viseu: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho: 1994?.
- CARVALHO, E. d'Artagnan. "Primitivos Moradores de Viamão". In: *RIHGRGS* v. 121. Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 1975.
- COMISSOLI, Adriano. "Casais de Sua Majestade que vão para as missões: a migração açoriana nos Campos de Viamão". Porto Alegre: dactiloescrito, 2002.
- DOMINGUES, Moacyr. "1<sup>as</sup> Sesmarias Gravataienses". In: *Anais do II Simpósio Estadual Sobre a Cultura Gravataiense. Gravataí: do êxodo à composição étnica.* Gravataí: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1990.

- ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. *Os Estabelecidos e os Outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- FORTES, João Borges. *O Brigadeiro José da Silva Paes e a Fundação do Rio Grande*. Porto Alegre: Erus, 1980 [1933]
- FORTES, João Borges. *Os Casais Açorianos: presença lusa na formação sul-riograndense*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1999. [1933].
- FORTES, João Borges. *Rio Grande de São Pedro - povoamento e conquista*. Rio de Janeiro: Ministério da Guerra/Biblioteca Militar, 1941.
- FRAGOSO, João. “A nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII)”. In: *TOPOI, Revista de História do Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ* – no. 1, 2000.
- FRAGOSO, João. “A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII)”. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda & GOUVÊA Maria de Fátima (orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001a.
- FRAGOSO, João. “Um mercado dominado por ‘bandos’: ensaio sobre a lógica econômica da nobreza da terra do Rio de Janeiro seiscentista”. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; MATTOS, Hebe Maria & FRAGOSO, João. *Escritos Sobre História e Educação: homenagem à Maria Yedda Leite Linhares*. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2001b
- FRAGOSO, João. “Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica”. In: *TOPOI, Revista de História do Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ* - nº 5, setembro de 2002.
- GINZBURG, Carlo. “O Nome e o Como”. In: \_\_\_\_\_. *A Micro-história e Outros ensaios*. Lisboa: Difel/Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- GOODY, Jack. *La Evolución de la Familia y del Matrimonio en Europa*. Barcelona: Herder, 1986.
- HAMEISTER, Martha Daisson. “As famílias, os amigos e os negócios: a utilização de fontes seriadas no estudo de relações pessoais de comerciantes de animais no Continente do Rio Grande de São Pedro nos três primeiros quartéis do século XVIII”. In: *II Seminário de História Quantitativa e Serial*. Belo Horizonte: 2001. [dactiloescrito].
- HAMEISTER, Martha Daisson. *O Continente do Rio Grande de São Pedro – os homens, suas mercadorias semoventes e suas redes de relações (c. 1727 – c. 1763)*. Rio de Janeiro: PPG-HIS/IFCS/UFRJ, 2002a. [dissertação de mestrado]
- HAMEISTER, Martha Daisson. “O Segredo do Pajé: o nome como um bem (Continente do Rio Grande de São Pedro, c. 1735 – c. 1777)”. Rio de Janeiro, dactiloescrito, 2002b.
- HESPANHA, António Manuel. “A Família”. In: HESPANHA, António Manuel (coord.). *História de Portugal – O Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Estampa, 1998.
- MONTEIRO, Jônathas da Costa Rêgo. *A Colônia do Sacramento 1680-1777*. Porto Alegre: Globo, 1937. [obra em 2 volumes].
- PRADO, Fabrício Pereira. *Colônia do Sacramento: o extremo-sul da América Portuguesa*. Porto Alegre: edição do autor, 2002.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. *Anais do Arquivo Histórico de Porto Alegre – Moysés Vellinho*, v. V, 1992.
- QUEIROZ, Maria Luiza Bertuline. *A Vila do Rio Grande de São Pedro 1737-1733*. Rio Grande: Editora da FURG, 1987.
- RHEINGANTZ, Carlos. “Povoamento do Rio Grande de São Pedro. A contribuição da Colônia de Sacramento”. In: *Anais do Simpósio Comemorativo do Bicentenário da Restauração do Rio Grande* v. II. Rio de Janeiro: IHGB/IGHMB, 1979.
- SCOTT, Maria Sílvia Volpi. “Cruzamento nominativo a partir de fontes portuguesas: problemas e desafios”. In: *II Seminário de História Quantitativa e Serial*. Belo Horizonte: dactiloescrito, 2001.
- SGARBOSSA, Mario & GIOVANNINI, Luigi. *Um Santo Para Cada Dia*. São Paulo: Paulus; Apelação: Paulus, 1996.
- SILVA, Augusto da. *Rafael Pinto Bandeira: de bandoleiro a governador: relações entre os poderes privado e público em Rio Grande do Sul de São Pedro*. Porto Alegre: PPG-HIS/IFCH/UFRGS, 1999. [dissertação de mestrado].
- XAVIER, Ângela Barreto e HESPANHA, António Manuel. “As redes clientelares”. In: HESPANHA, António Manuel (coord.). *História de Portugal – O Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Estampa, 1998.